



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE FILOSOFIA**

GIZOLENE DE FÁTIMA BARBOSA DA SILVA CANTALICE

**INSTINTO DE CURA E PROTEÇÃO DA VIDA DEGENERADA:
a genealogia dos ideais ascéticos em Nietzsche**

**CAMPINA GRANDE
DEZEMBRO /2011**

GIZOLENE DE FÁTIMA BARBOSA DA SILVA CANTALICE

**INSTINTO DE CURA E PROTEÇÃO DA VIDA DEGENERADA:
a genealogia dos ideais ascéticos em Nietzsche**

Artigo científico apresentado ao Componente Curricular,
Trabalho de Conclusão de Curso como requisito para
obtenção do diploma de graduada em Filosofia.

Orientador: Prof. Dr. Reginaldo Oliveira Silva

CAMPINA GRANDE
DEZEMBRO /2011

C229i

Cantalice, Gizolene de Fatima Barbosa da Silva
Instinto de cura e proteção da vida degenerada
[manuscrito]: a genealogia dos ideais ascéticos em
Nietzsche /Gizolene de Fatima Barbosa da Silva
Cantalice. – 2011.
27 f.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em
Filosofia) – Universidade Estadual da Paraíba, Centro de
Educação, 2011.

“Orientação: Prof. Dr. Reginaldo Oliveira Silva,
Departamento de Filosofia”.

1. Genealogia da Moral 2. Transvaloração 3. Ideais
Ascéticos I. Título.

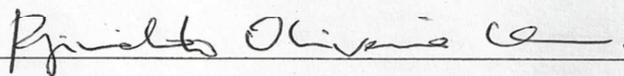
21. ed. CDD 929.1

GIZOLENE DE FÁTIMA BARBOSA DA SILVA CANTALICE

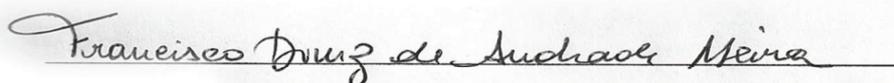
**INSTINTO DE CURA E PROTEÇÃO DA VIDA DEGENERADA:
a genealogia dos ideais ascéticos em Nietzsche**

BANCA EXAMINADORA

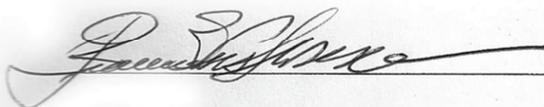
Aprovado em: 07 de 12 de 2011



Prof. Dr. Reginaldo Oliveira Silva – Orientador



1º Examinador: Prof.Ms. Francisco Diniz de Andrade Meira.



2º Examinador: Prof.Ms.Francisco Victor Macedo Pereira.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus que sem ele este trabalho não seria possível, uma vez que, nos momentos mais difíceis da confecção do presente artigo, em certos momentos de cansaço, ele, Deus me apoiou em seu ombro dizendo-me para continuar;

Aos meus familiares que acreditaram no meu potencial, e, em especial meu filho José Vinícius e meu esposo Juviano Cantalice que teve a devida paciência de ouvir-me repassar a leitura de cada parágrafo que redigia;

Ao meu orientador Reginaldo Oliveira Silva por ter acreditado em mim e me incentivado a continuar, bem como ao professor Francisco Diniz e Francisco Victor por lerem o trabalho e estarem na minha banca de defesa;

A todos os amigos que, de forma direta ou indireta, contribuíram para a finalização do trabalho;

Se em algum momento não fiz referencia a nenhum nome em especial, não foi por não lembrar, mas porque, todos sendo especial, o especial prevalece.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais Antonio Joaquim da Silva, Maria do Socorro Barbosa da Silva, ao sogro e sogra Silvestre e Mariza, aos meus irmãos e irmãs, sobrinhos e sobrinhas, tios e tias, cunhados e cunhadas, ao meu avô Joaquim Bento, e, em especial a Juvinião Cantalice meu esposo, amigo, companheiro de todos os momentos e ao meu filho José Vinicius, dádiva que Deus me agraciou, sou muito grata por esta jóia; e, por fim, a Lidiane, *in memoriam*, sobrinha querida que não mais se encontra entre nós, mas que sempre estará presente em meu coração.

Instinto de cura e proteção da vida degenerada: A genealogia dos ideais ascéticos em Nietzsche

Gizolene de Fátima Barbosa da Silva Cantalice¹ (Filosofia/UEPB)

Orientador: Professor Dr. Reginaldo Oliveira Silva² (UEPB)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo empreender uma leitura da origem, do desenvolvimento e do significado dos ideais ascéticos na obra *Genealogia da Moral* (1887), livro pertencente à terceira fase do pensamento filosófico de Friedrich Nietzsche, levando em conta o processo evolutivo desses ideais na cultura ocidental. Este livro é composto por três dissertações nas quais será apresentada a genealogia dos ideais ascéticos. Assim sendo, na primeira dissertação, a origem dos ideais ascéticos está na transvaloração da moral, com o ressentimento como criador de valores; na segunda, por sua vez, esta origem se encontra na interiorização dos instintos, e a conseqüente má consciência, bem como, o sentimento de culpa; na terceira e última dissertação, a origem desses ideais se encontra no instinto de cura e proteção da vida que degenera, cujo principal agente e propagador será a figura do sacerdote.

Palavras-chave: Genealogia da Moral. Transvaloração. Ideais ascéticos. Sacerdotes. Ressentimento.

ABSTRACT

This work has as objective undertakes a reading of the origin, of the development and meaning of the ascetic ideals in the work *Genealogy of Morals* (1887), book belonging to the third phase of Friedrich Nietzsche's philosophical thought, taking into account the evolutionary process of those ideals in the western culture. This book is composed by three dissertations in which the genealogy of the ascetic ideals will be presented. This way, in the first dissertation, the origin of the ascetic ideals is in the transvalorization of the morals, with the resentment as creator of values; on second, on its turn, this origin is in the internalization of the instincts, and the consequent bad conscience, as well as, the guilty conscience; in the third and last dissertation, the origin of those ideals its in the cure instinct and protection from life that degenerates, whose main agent and propagator will be the figure of the priest.

Keywords: Genealogy of the Morals. Transvalorization. Ascetic ideals. Priests. Resentment.

¹ Graduada em Filosofia pela Universidade Estadual da Paraíba

² Professor Dr. da Universidade Estadual da Paraíba

Neste artigo apresentaremos a origem, o desenvolvimento e o significado dos ideais ascéticos, através de um estudo realizado sobre a *Genealogia da moral* (1887), de Friedrich Nietzsche³ (1844 – 1900). A *Genealogia da moral* é considerada uma das obras monográficas do autor, escrita como complemento de outro livro de Nietzsche intitulado *Além do bem e do mal* (1886)⁴, composta por três dissertações, onde o filósofo problematiza, sob ângulos diferentes, a origem dos conceitos e valores morais do seu tempo. Nesse livro, ele apresenta uma visão do mundo, à qual ele chama decadente e, na origem dessa decadência, está, segundo o filósofo, a moralização advinda do ideal ascético. Como surgiu esse ideal, como se desenvolvem e por que se tornou tão imprescindível para o homem, são questões com as quais buscamos nortear o presente estudo.

Partindo desses questionamentos, levantamos as seguintes hipóteses: primeira, os ideais ascéticos como valores unificadores da mentalidade do homem parecem apresentar-se como ideal de vida; por outro lado, numa segunda hipótese, esses ideais sugerem configurar-se como algo degenerador da vida e, portanto, negativo ao homem. Porém, torna-se capaz de livrá-lo da angústia nascida da falta de propósito para a sua existência, dando a ele um sentido para existir. Examinaremos pontos centrais nas três dissertações onde o filósofo apresenta uma genealogia dos ideais ascéticos, desde as noções de transvaloração da moral e da interiorização dos instintos, até a compreensão de que, nesses ideais, trata-se de instinto de cura e proteção da vida que degenera.

Em *Humano, demasiado humano* e na *Gaia Ciência*⁵, Nietzsche já empreendia esforços para compreender os fenômenos ascéticos, mas será em *Além do Bem e do Mal* que o filósofo apresentará um esboço de sistematização, que se consolidará na terceira dissertação da

³ Nascido na Prússia, Friedrich Nietzsche (1844-1900), consagrou-se como um filósofo crítico e combativo das estruturas sociais e políticas de seu tempo. Filho de pais protestantes foi criado num ambiente regido por valores cristãos, o que, para ele, vai contribuir para futuras concepções acerca dessa religião. Em *Ecce Homo* o filósofo declara que, em matéria religiosa, e apesar da hereditariedade, o ateísmo lhe era natural, e instintivo. Ele fez da moral e da religião, o alvo de seus combates, considerando sua guerra pessoal contra ambas sua maior vitória. Ele escreveu vários livros, que segundo Vattimo, estão divididos em três períodos: obras de juventude; pensamento genealógico ou desconstrutivo, desde *Humano Demasiado Humano*, até a *Gaia Ciência*; e a filosofia do eterno retorno, que começa com Zarathustra” (Vattimo, 1990, p.58). Faleceu em 1900 na cidade de Viena acometido de uma paralisia progressiva, doença degenerativa.

⁴ O livro *Além do bem e do Mal* (1886), pertence à terceira fase do autor, sendo o primeiro da fase “destrutiva” do filósofo; é conhecido pelo seu caráter combativo por colocar em xeque toda a filosofia ocidental praticada até a sua época, e é nele que Nietzsche melhor discute a moral dos senhores e dos escravos. Em *Ecce homo*, Nietzsche faz referência a esse livro como sendo um prelúdio a sua filosofia para o futuro e acrescenta que, “é, na essência, uma crítica da modernidade” (NIETZSCHE, 2002, p. 106)

⁵ Esses dois livros pertencem à segunda fase da filosofia nietzschiana e já apontam o filósofo em seu empreendimento e esforço para compreender os fenômenos ascéticos, esforço esse amadurecido em *Além do bem e do mal* e consolidado na terceira dissertação da sua *Genealogia da Moral*.

Genealogia da Moral, intitulada “O que significam ideais ascéticos?” Nesta dissertação, o filósofo expõe que os ascetas valorizam o corpo e a existência mundana perante o ideal da sublimação das experiências sensíveis, sendo o imperativo categórico ascético a vontade de transcender. Porém, mesmo desvalorizando o corpo e o mundo, Nietzsche ainda vê um ponto positivo no ideal ascético. Para o filósofo, a vontade do Nada, a vontade de verdade, a vontade de sublimação das vontades ainda é melhor que o niilismo, o nada de vontade. Nesse sentido, o ideal ascético preserva a vida, assegura a vontade, ao conferir sentido ao sofrer no mundo (NIETZSCHE, 1998, p.).

Nietzsche inicia a *Genealogia da moral* apresentando a necessidade de se fazer uma crítica *do valor* dos valores morais, “para isto é necessário um conhecimento das condições e circunstâncias nas quais nasceram sob as quais se desenvolveram e se modificaram” (NIETZSCHE, 1998, p.12). Para se compreender adequadamente a origem dos ideais ascéticos na perspectiva da origem da moral, urge adotar uma nova perspectiva de investigação – a genealógica –, pois este método, segundo ele, vai à sua gênese, no “local” onde esses valores foram cunhados. Ela é uma reflexão filosófica que pode ser considerada como extensão da noção de história. Porém, a noção de história aqui defendida por Nietzsche será aquela “liberada da metafísica onde ela é um jogo de poder e dominação, ela é o vir-a-ser de Heráclito, não o desvelamento progressivo de algumas ideias, nunca o curso apaziguador da história hegeliana” (MOURA, 2005, p.114).

Segundo Machado (2002, p.59) “a genealogia nietzschiana é uma tentativa de superação da metafísica através de uma história descontínua dos valores morais que investiga tanto a origem, compreendida como nascimento, como invenção – quanto o valor desses valores”. Ainda com Machado (2002, p. 59), “se a genealogia é uma reflexão filosófica que pode ser considerada como uma noção de história, um dos motivos é que Nietzsche não acredita mais em valores eternos: os valores são históricos advindos ou em devir”

Para realizar a sua análise genealógica, Nietzsche recorrerá à História, à Filologia e à Psicologia. De acordo com Marton (1990), a História serviria para identificar em que momentos surgiram os tipos de moral; a Filologia serviria para identificar o sentido dos conceitos morais em cada sociedade no período analisado e, por fim, a Psicologia serviria para identificar que tipo de homem criou estes tipos de moral. Nietzsche faz uma crítica aos genealogistas ingleses por lhes faltar o próprio “espírito histórico”; por serem, essencialmente, a-históricos, não percebem que, como diz Moura (2005, p.113-114):

o verdadeiro sentido histórico é aquele que reintroduz no devir tudo o que se tinha acreditado eterno; ele não se apóia em permanência e perde, com isso, as formas do reencontro e da reconciliação [...] não reconhecem o devir como fluxo em que todas as significações são datadas e procura, custe o que custar, o mesmo sob a alteridade. Assim saudemos nesses historiadores, um discípulo a mais de Platão.

No propósito de uma reflexão sobre a origem dos ideais ascéticos, na primeira dissertação, Nietzsche pauta a sua genealogia, inicialmente, no estudo dos conceitos “bom e mau”, “bom e ruim”, cujo resultado é o que ele nomeia transvaloração dos valores, na qual teria lugar os ideais ascéticos. Começa fazendo uma crítica ao modo como os historiadores investigaram a origem do conceito e do juízo “bom”, dizendo que “as ações não egoístas foram louvadas e consideradas boas por aqueles aos quais eram feitas, aqueles aos quais eram *úteis*; mais tarde foi *esquecida* essa origem do louvor, [...] pelo fato de terem sido *costumeiramente* tidas como boas” (NIETZSCHE, 1998, p. 18). De acordo com filósofo (1998), a origem do conceito *bom* sempre foi buscada de forma errada, tal origem nunca foi buscada nas raízes de uma fundamentação moral no seio da história da humanidade. O que se tem, segundo ele, a respeito do termo bom “é ‘a utilidade’, o ‘esquecimento’, o ‘hábito’, e por fim, e o ‘erro’, e tudo isto servindo de base a uma valoração da qual o homem superior teve orgulho [...] orgulho este que deve ser humilhado e valoração desvalorizada” (NIETZSCHE, 1998, p.18-19).

Pode-se dizer que o conceito de bondade vai bem mais além do que um mero produto ideal utilizado para classificar as ações humanas como boas ou más. A esse respeito, a hipótese de Nietzsche, sobre a origem do juízo de valor *bom* ser historicamente insustentável, em si mesma ela sofre de um contra-senso psicológico. A utilidade da ação não-egoísta seria a causa da sua aprovação e essa causa teria sido esquecida. Antes de ser uma idéia, a bondade deve ser justificada como ação, uma ação necessária. Assim, a própria ação deve ser algo bom e só, secundariamente, podemos interpretar essa ação a partir de ideias morais. Dessa forma, segundo ele:

o juízo ‘bom’ não provém daqueles as quais se fez o ‘bem’! Foram os ‘bons’ mesmos, isto é, os nobres, os poderosos, superiores em posição e pensamento, que sentiram e estabeleceram a si e a seus atos como bons [...] em oposição a tudo que era baixo, de pensamento baixo, e vulgar da plebe. Desse *pathos* da distância é que eles tomaram para si o direito de criar valores, cunhar nomes para os valores: que lhes importava a utilidade (NIETZSCHE, 1998, p.19)

No entanto, a origem do conceito bom foi esquecida, porém como esse esquecimento é psicologicamente inexplicável é preferível, segundo Nietzsche, o erro coerente de Herbert Spencer “que estabelece o conceito de ‘bom’ como [...] igual a ‘útil’, conveniente, de modo que nos conceitos bom e ruim a humanidade teria sumariado e sancionado

precisamente as suas experiências inesquecíveis e inesquecidas acerca do útil – conveniente e do nocivo-inconveniente” (NIETZSCHE, 1998 p. 20). Porém, Nietzsche sustenta que esse caminho, apesar de ser razoável e psicologicamente sustentável, não é o certo.

Assim sendo, para defender a sua hipótese sobre a origem do bom, ele inicia uma pesquisa etimológica⁶ do termo *bom* e descobre que, em diversas línguas, o significado é o mesmo, ou seja, *bom* está ligado social e espiritualmente “a ‘nobre’, ‘aristocrático’, ‘espiritualmente bem-nascido’, ‘espiritualmente privilegiado’: um desenvolvimento que sempre corre paralelo àquele outro que faz plebeu, comum, baixo, transmutar-se finalmente em *ruim*” (NIETZSCHE, 1998, p. 21). Essa distinção, que era apenas estamental, adquiriu, com o tempo, o caráter irrestrito de valoração através do serviço da casta sacerdotal, derivada da aristocracia guerreira. Segundo Nietzsche, os sacerdotes interiorizaram esses conceitos na forma ideal de valor, tornando-os intensos ao espírito, pois, acrescenta,

com os sacerdotes *tudo* se torna mais perigoso, não apenas meios de cura e artes médicas, mas também a altivez, vingança, perspicácia, doença, mas com alguma equidade se acrescentaria que somente no âmbito desta forma essencialmente perigosa de existência humana, a sacerdotal, é que o homem se tornou um animal interessante, apenas então a alma do homem ganhou profundidade num sentido superior, e se tornou má [...] (NIETZSCHE, 1998, p.24-25)

Ainda não existia contrariedade entre bom e ruim no sentido dado pelo sacerdote, de conotação valorativa, pois, não havia a ideia de valor formalmente instituída como “bom” e “ruim”, e quando essas palavras, que eram apenas conceitos aplicados, ganham *status* de valor, toda a vida passa a ser empreendida na perspectiva dicotômica de uma moral que julga desde o bom e o mau. De acordo com Nietzsche (1998), os valores “bom” e “ruim” foram criados por um ponto de vista nobre de apreciação, enquanto “bom” e “mau” foram engendrados a partir da perspectiva avaliadora dos escravos. Ao valor “bom” da moral dos nobres não se atribui o mesmo valor que ao “bom” da moral dos escravos. Uma vez que o primeiro surge de um movimento de auto-afirmação e, o último, de negação e oposição, eles não poderiam ser equivalentes. “Mau” no sentido da moral do ressentimento corresponde ao “bom” da outra moral, de sorte que os ressentidos não criam propriamente valores, só invertem os que foram

⁶ A Etimologia enquanto ciência que trata das origens das palavras vai ser útil a Nietzsche, uma vez este sendo um filólogo, achou por bem buscar e *étimo* dos vocábulos primitivos de *bom e mau*, *bom e ruim*, ambos os vocábulos provenientes de diversas línguas, principalmente do latim e do grego, de modo a sustentar sua genealogia; o próprio termo genealogia traz em si a semântica origem.

postos pelos nobres. No seu livro *Humano demasiado humano*, o filósofo nos apresenta uma dupla história sobre o conceito de bem e mal:

o conceito de bem e mal tem uma dupla pré-história: *primeiro*, na alma das tribos e castas dominantes. Quem tem o poder de retribuir o bem com o bem, e a mal com o mal e realmente o faz, ou seja, quem é grato e vingativo, é chamado de bom; quem não tem poder e não pode retribuir é tido por mal. Sendo bom, o homem pertence aos “bons”, a uma comunidade que tem sentimento comunal, pois os indivíduos se acham entrelaçados mediante o sentido da retribuição. Sendo mau, o homem pertence aos “maus”, a um bando de homens submissos e impotentes que não tem sentimentos comunitários. Os bons são uma casta; os maus, uma massa como pó. Durante muito tempo, bom e mau equivale a nobre e baixo, senhor e escravo (NIETZSCHE, 2008, p.48-49).

De acordo com Lefranc (2008 p.150), Nietzsche apresenta, aqui, o estabelecimento das duas formas fundamentais da história da moral, como uma dualidade morfológica, permitindo interpretar toda evolução da vontade de poder entre os seres vivos. Temos, por conseguinte, duas morais e duas castas: a da nobreza aristocrata e a sacerdotal. Sendo que esta última predominou sobre a primeira. Na citação abaixo, o filósofo apresenta ideais valorativos de cada uma, e expressa três figuras centrais de seu pensamento. São eles: a “transvaloração,” resultado encontrado pelo filósofo na sua pesquisa etimológica, que é a inversão dos valores aristocráticos e nobres em valores cristãos; o “espírito de vingança”; e o ressentimento, molas mestras para a transvaloração

os juízos de valor cavalheiresco - aristocráticos tem como pressuposto uma constituição física poderosa, uma saúde florescente, rica [...] faz parte de sua vida a guerra, aventura, a dança, torneios, e a liberdade. O modo de valoração sacerdotal tem outros pressupostos: para eles a guerra é um mau negócio! Os sacerdotes são como sabemos, os mais terríveis inimigos – Por quê? Porque são os mais impotentes na sua impotência, o ódio toma proporção monstruosa e sinistra, torna-se a coisa mais espiritual e venenosa. Na história universal os grandes odiadores sempre foram sacerdotes, também os mais ricos de espíritos – comparado ao espírito da vingança sacerdotal, todo espírito restante empalidece. A história humana seria uma tolice, sem o espírito que os impotentes lhe trouxeram – tomemos logo o exemplo maior Nada do que na terra se fez contra ‘os nobres’, ‘os poderosos’, ‘os senhores’, ‘os donos do poder’ é remotamente comparáveis ao que os judeus contra eles fizeram; os judeus, aquele povo que soube desferrar-se de seus inimigos e conquistadores apenas através de uma radical tresvaloração dos valores deles, ou seja, por um ato da mais espiritual vingança (NIETZSCHE, 1998, p. 25-26)

Desta forma, podemos nos perguntar, como pode os impotentes ser inimigos temíveis? O próprio Nietzsche responde no trecho acima: “na sua impotência, o ódio toma proporção monstruosa e sinistra, torna-se a coisa mais espiritual e venenosa”. Orientado pelo ódio, pelo ressentimento e por um instinto de vingança, a nobreza sacerdotal faz a inversão dos valores, transformando tudo que era bom para a casta aristocrata, em algo mau. Ele acrescenta

que “a rebelião escrava começa quando o próprio ressentimento se torna criador e gera valores: o ressentimento dos seres aos quais é negada a verdadeira reação, a dos atos, e que apenas por uma vingança imaginária obtém reparação” (NIETZSCHE 1998, p.28-29).

Percebe-se, desse modo, uma interiorização espiritual, uma transvaloração dos valores, feita e promovida por um sentimento de inconformidade, inconformidade de um sujeito que se sente impotente diante do mundo e dos acontecimentos, não apenas com aquilo que se manifesta nesse mundo, mas, principalmente, no modo como ocorrem. O não poder vingar-se faz com que a vingança recaia no que tiver mais próximo dessa vontade. Observa-se que nesse processo de transvaloração, o ódio contra aquilo que está posto e não pode ser mudado, é o elemento que impulsiona a vingança contra o modo de ser da vida. Daí, Nietzsche predicar este ódio de “venenoso” e “contagioso”. Ele diz, ainda:

Os senhores foram abolidos; a moral comum venceu. Ao mesmo tempo, essa vitória pode ser tomada como um envenenamento do sangue [...] A redenção do gênero humano (do julgo dos senhores) está bem encaminhada; tudo se judaíza, cristianiza plebeíza visivelmente (que importam as palavras!). A marcha desse envenenamento através do corpo inteiro da humanidade parece irresistível sua cadência e seu passo pode inclusive ser mais lento doravante, mais refinado, cauteloso, inaudível - há tempo bastante... (NIETZSCHE, 1998, p.28)

Observa-se que o filósofo exemplifica essa vingança operada pelos sacerdotes que, através do judaísmo e do cristianismo, obtiveram sua “revanche” contra seus inimigos, os nobres aristocráticos, invertendo, assim, os valores destes. Dessa forma, o bom passa a ser o pobre, o miserável; em contrapartida, o ruim, o mau, o impuro são aqueles materialmente ricos. Tudo que era considerado bom para os nobres, como a paixão pela vida, a felicidade, a coragem, a confiança na sua superioridade, a abundância de potência e o sentido de valor pessoal, passou a ser visto como algo mau pela moral escrava; e tudo que era ruim para a moral dos senhores passou a ser valorizado pela moral escrava como bom, por exemplo, a vida contemplativa, a meditação, o repouso, a abstinência, a disciplina e a renúncia à sensibilidade. Para Nietzsche, de acordo Moura (2005, p. 122), o mais importante aqui não é entender apenas que o juízo bom, quando dito pelo escravo, tenha um sentido diferente do dito pelo senhor, mas compreender que a criação dos valores é muito distinta quando nos situamos nos territórios dos senhores e dos escravos.

Retomando Moura (2005, p. 123), a oposição entre senhores e escravos, segundo a análise nietzschiana “não se resume a uma diferença de valores, mas se traduz também por dois modos distintos de *reconhecimento*: o senhor reconhece a si mesmo, enquanto o escravo para reconhecer-se, precisa de seu oposto, o senhor”. A nobreza aristocrata, para Friedrich

Nietzsche, “age e cresce espontaneamente, busca seu oposto apenas para dizer Sim a si mesmo”, logo, em seguida, ele acrescenta que “seu conceito negativo, o ‘baixo’, ‘comum’, ‘ruim’, é apenas uma imagem de contraste, pálida e posterior, em relação ao conceito básico, positivo, inteiramente perpassado de vida e paixão, “nós, os nobres, nós os bons, os belos, os felizes!”(NIETZSCHE, 1998, p.29).

Moura (2005, p.120), assegura, ainda, que “na natureza nobre, a paixão predomina frente à razão calculadora, o instinto toma a dianteira em face da utilidade”. Assim, podemos dizer que uma moral verdadeiramente nobre é uma moral de auto-afirmação, uma moral autossuficiente, que deriva de uma força ativa, afirmativa, criadora, em oposição à moral que predomina na atualidade, que é a moral decadente, a moral do escravo. Um pouco antes, na mesma página, Moura (2005, p. 120), afirma que, “a ‘razão’ escrava é sempre o cálculo dos meios para alcançar fins úteis, a natureza vulgar já é aquela do sujeito hobbesiano, que pode chegar até mesmo à mais absoluta sujeição se puder vislumbrar ali alguma utilidade para a conservação da vida”.

Dessa forma, todo conhecimento, toda moral, irá se subjugar ao que Nietzsche denominou de ideal ascético, cujos valores norteadores são contrários aos aspectos corpóreos e sensíveis do homem; pois, “enquanto toda moral dos nobres nasce de um triunfante Sim a si mesmo, já de início, a moral escrava diz Não a um ‘fora’, um ‘outro’, um ‘não-eu’ - e *este* Não é um ato criador” (NIETZSCHE, 1998, p.29). De acordo com o filósofo (1998, p. 29), “esta inversão do olhar que estabelece valores - este *necessário* dirigir-se para fora, em vez de voltar-se para dentro, é próprio do ressentimento: a moral escrava sempre requer para nascer, um mundo oposto e exterior, para poder agir em absoluto”; só consegue afirmar-se negando aquele a quem não se pode igualar. Sua lógica reside na negação e oposição a tudo que ele considera forte, sendo assim “sua ação é no fundo uma reação” (NIETZSCHE, 1998, p.29). Nietzsche ainda acrescenta que:

o homem do ressentimento não é fraco nem ingênuo, nem honesto e reto consigo. Sua alma *olha* de através, ele ama os refúgios, os subterfúgios, os caminhos ocultos, tudo escondido lhe agrada como seu mundo, sua segurança, seu bálsamo; ele entende o silêncio, do não-esquecimento, da espera do momentâneo apequenamento e humilhação própria (NITZSCHE, 1998 p.30).

O filósofo nos apresenta o conceito de ressentimento, como a atitude daquele que se inconforma com o modo de ser da realidade, e é esta a postura do sacerdote. É o ódio que marca a reatividade expressa na forma de vingança contra algo que está posto e não pode ser mudado ou alterado. Sendo assim, *o ressentimento é reação contra a ação da vida*, é seu

movimento de ser. Daí, Nietzsche ter dito que o ressentimento nega ao invés de dizer *Sim*, e a negação é o ato criador do ressentido.

Segundo o filósofo, é uma mentira que torna a fraqueza em mérito. Tudo que acontece como empecilho, impossibilidade, deficiência, é re-aproveitado positivamente pelo sacerdote. Este é quem altera certas perspectivas revalorando os valores vigentes. Segundo Nietzsche, essa experiência é o que torna o miserável, o doente em pecador, dando a ideia de que pode ser salvo, de que existe uma saída. Mas o sacerdote sabe que diante do “devir” da vida, nada pode ser mudado, não há um retrocesso; a dinâmica continua, ele sabe também que sua transvaloração é uma adulteração, que seu *dizer* é um “enganar” e, por isso, Nietzsche (1998, p. 38), diz que “eles suam ao falar disto”.

Em face do que desencadeia a transvaloração dos valores, o filósofo nos convida a descer até as negras oficinas para depararmos-nos com a engrenagem secular que moldou o ideal ascético, uma vez que, segundo o filósofo, esses ideais nasceram e se desenvolveram no espírito do ódio do qual brota o cristianismo, nas “oficinas” criadas pelo homem do ressentimento, o homem fraco, o homem que reage contra tudo o que é nobre, tudo o que é potência. É daí, dessas oficinas, a origem de todos os males que assolam a humanidade, pois, retomando Nietzsche (1998, p. 38), onde a “fraqueza torna-se mérito, a impotência é tida como bondade, a baixeza medrosa, torna-se humildade; a submissão àqueles que se odeia em obediência a um Deus”. Um Deus criado pelo homem do ressentimento, ao qual atribuiu à característica fundamental da natureza humana, o de potência.

A título de ilustração, em *Humano demasiado humano*, o filósofo faz, de certa forma, um paralelo, quanto à relação com Deus, entre os gregos e os modernos, referindo que “os gregos, não viam os deuses como senhores deles, nem eles próprios como servos dos deuses, como os judeus. Viam-se neles suas características mais excelentes; portanto um ideal e não o seu oposto” (NIETZSCHE, 2005, p. 88). Já o Deus cristão é o ser Transcendente e Perfeito, Onipotente e Onisciente, Imutável e Eterno, princípio de perfeição moral, de amor, de soberania, de bondade, de justiça suprema, características às quais o ser humano não é digno de possuir. De acordo com Moura (2005, p.135), o “Deus do cristianismo é um Deus sob condição, é uma arma nas mãos dos sacerdotes, que então interpreta toda fortuna como prêmio, toda desventura como castigo por uma desobediência a Deus”. Os homens tornam-se servos de Deus graças aos sacerdotes que trabalharam e desempenharam bem o seu papel de mensageiros da domesticação, da decadência e da ruína da natureza humana. Com os gregos, acredita Nietzsche (1998, p.82),

o animal no homem se sentia divinizado e não se dilacerava nem se enraivecia consigo mesmo! Por muito e muito tempo, esses gregos se utilizaram dos seus deuses precisamente para manter afastada a ‘má consciência’, para poder continuar gozando a liberdade da alma: uso contrário, portanto, ao que fez o cristianismo.

A partir deste ponto, partiremos para a segunda dissertação, para encontrar nela a presença dos ideais ascéticos e de que forma ele se apresenta. Nesta dissertação, Nietzsche apresenta a psicologia da consciência, examina como se comporta o homem bom da moral do ressentimento para isto, intitula-se Igual entre iguais. Segundo Marton (1990, p.84), o “homem *não-perigoso*” é, antes de tudo, um animal “*previsível, constante, necessário*”, principalmente porque dele se fez alguém capaz de responder por si mesmo como *futuro* seria indispensável à aquisição da memória prometer, dar a palavra, prestar juramento, só ganham sentido quando impressos na mente de modo indelével, de sorte que a crueldade e o terror em muito contribuíram para a fabricação dessa espécie de memória. Segundo Nietzsche, o esquecimento, longe de ser uma mera “força inercial”, é a contraparte dessa que para ele, resguarda certa conotação negativa, isto é, a memória.

A importância que o filósofo dá ao esquecimento advém do seu caráter inibidor em detrimento do caráter perpetuador dos valores, tido como negativo pelo filósofo e reafirmados pela memória. Nisso, são ilustrativas suas opiniões em torno “do esquecer”, pois, “o fechar temporariamente as portas e janelas da consciência” (NIETZSCHE, 1998, p. 47), é, ao mesmo tempo, buscar um sossego para a memória carregada desses valores. Nietzsche chega a afirmar categoricamente, não existir felicidade, esperança, orgulho, sem o mérito do esquecimento. Por isso, de modo paradoxal, esse indivíduo que deveria almejar com toda a força o esquecimento como medida profilática para o espírito (tornando-o livre), caminhou em sentido contrário, ao assimilar os valores cristãos e, numa espécie de “caixa de pandora”, guardando-os na memória para, enfim, “esquecer de esquecer”.

Para Nietzsche, gravar uma memória no bicho-homem não foi um processo simples, talvez, segundo ele, “nada existe de mais terrível e inquietante na pré-história do homem do que a sua *mnemotécnica*. ‘grava-se algo a fogo, para que fique na memória: apenas o que não cessar de *causar dor* fica na memória - eis um axioma da mais antiga psicologia da terra.’” (NIETZSCHE 1998, p.50). Mais adiante, o filósofo defende que:

jamais deixou de haver sangue, martírio e sacrifício quando o homem sentiu a necessidade de criar a memória; os mais horrendos sacrifícios e penhores, as mais repugnantes mutilações, os mais cruéis rituais religiosos (todas as religiões são, no seu nível mais profundo, sistemas de crueldade)-tudo isso tem origem naquele instinto que divisor na dor o mais poderoso auxiliar da mnemônica. Em determinado sentido isso

inclui todo ascetismo: algumas idéias devem se tornar indelével, onipresente, inesquecível, ‘fixas’, para que todo sistema nervoso e intelectual seja hipnotizado por essas ‘ideias fixas’_ e os procedimentos e modos de vida ascéticos são meios para livrar tais ideias da concorrência de todas as demais, para fazê-las ‘inesquecíveis’ (NIETZSCHE, 1998, p.51).

No quarto parágrafo da segunda dissertação da *Genealogia da moral*, o filósofo se pergunta como veio ao mundo a consciência da culpa, a má consciência, a qual, ele denomina de “coisa sombria”; para isso, levanta a hipótese de que o conceito de moral, de culpa teve origem no conceito muito material de *dívida*. Nesse sentido, a culpa faz referência à consciência da obrigação, da reparação de uma dívida, e o castigo, enquanto *reparação* dessa dívida, desenvolveu-se completamente à margem de qualquer suposição acerca da *liberdade* da vontade. O filósofo defende que a relação entre credor e devedor é muito antiga, “é tão velha quanto a existência de pessoas jurídicas”. O credor, nesse período, tinha o direito de cobrar a dívida da forma que ele achasse que esta valia para com o devedor. No Egito, exemplifica ele, o credor podia infligir ao corpo do devedor, caso este não tivesse pago a dívida em vida, toda sorte de humilhação e torturas, como cortar-lhe o corpo, tanto quanto parecesse proporcional ao tamanho da dívida.

Posteriormente, esta cobrança foi regida pela lei das doze tábuas, que decretou que aos credores, segundo Nietzsche (1998 p.54), “se cortam mais ou menos, que não seja crime”, ou seja, nem todas as partes do corpo podiam ser cortadas a partir de então. Com essa forma de cobrança, o credor não tinha reparação material, mas sentia uma satisfação íntima que, para eles (credores), ameniza o débito como uma descarga dessa impotência. Sendo assim, “através da punição ao devedor, o credor participa de um direito dos senhores; experimenta, enfim, ele mesmo, a sensação exaltada de poder desprezar e maltratar alguém como inferior [...] poder ao menos vê-lo desprezado e maltratado” (NIETZSCHE, p.54). A vingança aparece, aqui, na forma dessa satisfação, de ressarcimento da dívida, dessa falta que o indivíduo tem com o seu credor. O credor se vinga do indivíduo impingindo-lhe martírios. A compensação, segundo Nietzsche (1998, p. 54), “consiste, portanto, em um convite e um direito à crueldade”.

Há de se levar em conta outro olhar do filósofo acerca dessa problemática, quando ele refere que “a *crueldade* constituía um grande prazer festivo da Humanidade antiga, como era sempre ingrediente de quase todas suas alegrias [...] fazer sofrer era altamente gratificante [...] *causar* o sofrer era uma verdadeira *feira*” (1998 p.55). Para ilustrar ainda mais seu ponto de vista, cita Espinoza, pois, para este outro filósofo, “a simpatia malévolá era vista como atributo normal do homem – logo, como algo a que a consciência diz *Sim* de coração!” (NIETZSCHE, 1998, p.55). Sendo assim, percebe-se, nessa maneira de compreender, que o

homem é, por natureza, cruel e, apesar da domesticação sofrida no decorrer da história e do tempo, este atributo foi algo que não mudou em sua natureza, pois, ainda é perceptível a presença desses prazeres tão antigos, arraigados no homem moderno.

Retomando a discussão a respeito de como veio ao mundo à má consciência, os genealogistas da moral teriam se equivocado, segundo Nietzsche (1998), ao associar o seu nascimento, a sua origem, ao castigo. Durante o mais longo período da história humana, não se punia porque se considerava o malfeitor “responsável”, mas por cólera, por ter sofrido um dano, dessa forma, desafogava-se a cólera em quem a havia causado. De acordo com Moura (2005, p.139), “foi essa cólera que se encontrou limitada e modificada pela ideia de que todo dano encontra seu equivalente em uma dor imposta pelo autor [...] a relação de equivalência entre dano e dor vem da relação contratual entre credor e devedor”. É dessa relação entre credor e devedor, comprador e vendedor que nasce a ideia de *equivalência*, que logo se *universaliza* na máxima, segundo a qual, diz Nietzsche (1998, p.60), “cada coisa tem seu preço; *tudo* pode ser pago” – o mais velho e ingênuo cânon moral da justiça. Nesse sentido, quem não cumpria o contrato era punido, porém, o punido ainda não era visto como o fora por seus contemporâneos. Desse modo, no curso da história, a noção de castigo foi adquirindo sentidos diversos. Nisso, para os contemporâneos de Nietzsche (1998, p.70), “o castigo teria o valor de despertar no culpado o *sentimento da culpa*; nele se ver o verdadeiro *instrumentum* dessa reação psíquica chamada ‘má consciência’, ‘remorso’.”

O filósofo critica essa teoria defendida pelos genealogistas da moral, pois, segundo ele (1998 p.71), durante a maior parte da história não existiam por parte dos que julgavam e puniam a consciência de está lidando com um culpado, mas sim, com um causador de dano, um irresponsável fragmento do destino. Qual seria então, a origem da má consciência? Nietzsche lança aqui sua hipótese que, segundo ele deve ser pensada, pesada e pondera. “vejo a má consciência como a mais profunda doença que o homem teve de contrair sob a pressão da mais radical das mudanças que viveu – a mudança que sobreveio quando ele se viu definitivamente encerrado no âmbito da sociedade e da paz” (NIETZSCHE, 1998, p. 72). O que aconteceu foi que, o animal homem habituado a guerra teve seus instintos ‘suspensos’, desvalorizados, eles foram reduzidos a pensar, calcular, concluir, ou seja, reduzidos a sua consciência, o seu órgão mais frágil e falível. Porém os antigos instintos reclamam satisfação e, sob a paz da vida social, se voltam para dentro de si, e, conseqüentemente,

todos os instintos que não se descarregam para fora *se voltam para dentro* – isto é o que chamo de *interiorização do homem*: é assim que no homem cresce o que depois se

denomina sua “alma”. Todo o mundo interior, originalmente delgado, como que entre duas membranas, foi se expandindo e se estendendo, adquirindo profundidade, largura e altura, na medida em que o homem foi *inibido* em sua descarga para fora. (NIETZSCHE, 2008, p. 73).

Diante disso, pode-se dizer que o que aconteceu foi que, com a pressão exercida pelas normas, que rege o convívio social, fazendo com que o indivíduo tenha seus instintos “domados”, causando-lhe a *interiorização desses instintos*, é que surge a doença denominada pelo filósofo de má consciência, a qual será alimentada no curso da história pelo cristianismo. Nesse processo de surgimento dessa má consciência, convém esclarecer que ela não nasceu no espírito dos nobres guerreiros, mas que sem eles, segundo Nietzsche (1998) esta planta hedionda não teria surgido e se desenvolvido na consciência dos “oprimidos”, ela nasce do “instinto de liberdade reprimido, recuado, encarcerado, no íntimo, por fim, somente capaz de desafogar-se em si mesmo” (NIETZSCHE, 1998, p.75).

Logo adiante, o filósofo acrescenta que “no fundo a mesma força ativa, que age grandiosamente como a dos nobres guerreiros, [...] dirigida para trás, no ‘labirinto do peito’ cria a má consciência e constrói ideais negativos, é aquele mesmo *instinto de liberdade*” (NIETZSCHE 1998, p. 76). Porém, ele acrescenta que a matéria na qual o homem se extravasa é o homem mesmo, ou seja, o seu velho Eu animal. Dessa forma, a transformação sofrida pelo homem submetendo-o, desse modo, ao constrangimento da sociedade e da paz, foi o elo que desencadeou a formação da má consciência, e é interessante notar a inversão, se podemos dizer, do espaço de assimilação da consciência.

Enfim, a má consciência, como diz Lefranc (2007, p. 143-144), parafraseando Deleuze, é analisada como “uma antinomia: a da moral e da vida, a da força voltada contra ela mesma. a hostilidade, a crueldade, o prazer de perseguir de humilhar, de transformar, de destruir - tudo isto voltando contra os que possuem esses instintos, eis a origem da má consciência”. Por outro lado, parafraseando Nietzsche (1998), a má consciência é uma doença que atingiu o seu esplendor na relação entre dívida e culpa compreendida na relação entre credor e devedor. Esta dívida teria surgido da relação entre *os vivos e seus antepassados*. Acreditava-se, nos primórdios, que as comunidades só existiam graças aos sacrifícios e realizações empreendidos pelos antepassados, que eram vistos por todos como ‘espíritos poderosos’, despertando no homem um sentimento de dívida.

Esta dívida não cessava de crescer, o homem amenizava com sacrifícios e oferendas, a princípio, alimentos, festas, músicas, homenagem, e sobre tudo, obediência. Porém, a medida que crescia na consciência do devedor o *medo* do ancestral, crescia na mesma

proporção o poder desta estirpe tornando-o mais vitorioso, independente, venerada e temida, e, assumir proporções gigantescas transmutar-se em deus. Podemos dizer, dessa forma, que o *medo* do desconhecido foi o responsável por criar deuses. Segundo Nietzsche (1998, p.79), “o sentimento de culpa em relação à divindade não parou de crescer durante milênios, e sempre na mesma razão em que nesse mundo cresceram e foram levados às alturas o conceito e o sentimento de deus”. Um pouco adiante, Nietzsche (1998, p.79), defende que “o advento do Deus cristão, o deus máximo até agora alcançado, trouxe o máximo sentimento de culpa”. Herança que a humanidade recebeu das divindades tribais e familiares, e também o peso das dívidas ainda não pagas e anseios de resgatar-se.

Nietzsche defende que há uma espécie de loucura da *vontade* nessa crueldade psíquica, que é simplesmente sem igual: a *vontade* do homem de se sentir culpado e desprezível a expiação, sua vontade de ser castigado, sem que o castigo possa jamais equivaler à culpa, sua *vontade* de infectar e envenenar todo o fundo das coisas com o problema do castigo e da culpa para de uma vez por todas cortar para si a saída desse labirinto de “ideias fixas”, sua *vontade* de erigir um ideal – o do “santo Deus” – e em vista dele ter a certeza tangível de sua total indignidade. (NIETZSCHE, 1998, p. 81)

Nota-se que essa vontade de que fala Nietzsche e, por nós, já referenciada, é uma vontade de decadência, e essa decadência a que se refere o pensador alemão é algo criado e mantido por uma moral que elege como grandioso o indivíduo subserviente e conformado com a ideia de pecador. Daí a velha moral cristã resguardando seus ideais na mente do homem fragilizado. Não é por acaso, que em seu livro *O Anticristo* – maldição do cristianismo – a verve anticristã do filósofo se acentua quando ele afirma que

o cristianismo tomou o partido de tudo aquilo que é fraco, baixo, deficiente; construiu um ideal a partir da oposição ao instinto de sobrevivência de uma vida forte; perverteu a razão até mesmo de naturezas intelectualmente mais fortes definindo os valores mais altos da intelectualidade como pecaminosos, enganosos, como tentações (NIEZTSCHÉ, 1996, p. 29).

Pode-se dizer que os grandes perpetuadores da má consciência foram os sacerdotes judeus. Eles, distorcendo e desprezando a realidade histórica de seu povo, levando para o campo religioso, utilizando como aparato, uma ideia de salvação dos pecados que o indivíduo acredita ter, vivem do pecado, precisam da existência do pecado, pois, estes são os únicos meios que eles têm para manipular o poder. Nietzsche, em o *Anticristo*, no parágrafo 26, diz: “Princípio supremo: Deus perdoa aquele que faz ‘penitência’, ou em outras palavras, aquele que se subjugava ao sacerdote”. Como podemos observar, essa moral da culpabilidade encontrou

seu fundamento religioso no Deus vingativo dos Judeus e na ideia de pecado. Impotente para se manter à altura do “sim” criador, o fraco aliena de si tudo o que é forte.

Diante disto, o conceito de Deus representaria, segundo o filósofo, o terror que o homem tem de si mesmo, a repugnância do homem fraco pela vida. Todos os preceitos morais estariam conexos com a ideia de Deus, combatendo o instinto da vida, paralisando o desejo que o homem tem de criar, crescer e dominar. Os indivíduos que partilham dessa moralidade castradora sofreriam de acordo com o pensamento nietzschiano, de distúrbios fisiológicos, que impediriam uma compreensão saudável da vida.

Podemos dizer, ainda, que, de acordo com a perspectiva de Nietzsche, a inversão dos valores aristocráticos em valores cristãos, que pertence à “moral de rebanho”, decorre da incapacidade do indivíduo, adepto da moralidade cristã, de conviver com as dificuldades cotidianas da existência, assim como desenvolver, ao longo de sua existência, a capacidade necessária para a ampliação da sua potência, a partir da contínua superação das suas limitações intrínsecas. Segundo Marton (2006, p. 55), “ao entender os valores como ‘humano demasiado humano’ Nietzsche, recusa que sejam frutos de um poder superior ou obra de uma divindade – ao tomar a vida como vontade de potência como critério de avaliação, rejeita a metafísica e o mundo supra-sensível, a religião e o reino de Deus. Vida e vontade de potência não são princípios transcendentais: a vida não se acha além dos fenômenos; a vontade de potência não existe fora dele.

Se a primeira dissertação nos permitiu investigar as origens dos ideais ascéticos, desde a transvaloração da moral e o ressentimento como sua negra oficina; e a segunda dissertação, aos mesmos nos conduziu, da interiorização dos instintos quando o homem foi obrigado a viver na sociedade da paz numa relação de dívida com Deus, entregando-se ao sentimento de culpa. Para o propósito de nossa reflexão, trata-se de, na terceira dissertação, problematizar a genealogia dos ideais ascéticos, perguntando pelos seus significados, cujo caminho será indicado pela psicologia do sacerdote. Pois, segundo Nietzsche, em *Ecce Homo* (2002), “é na terceira dissertação que se resolve o problema da origem da imensa potencialidade do ideal asceta, do ideal do padre, não obstante ser esse o ideal anulador por excelência, uma aspiração ao fim, um ideal de *decadência*”.

Para tanto, o filósofo inicia a terceira dissertação fazendo a seguinte pergunta: o que significam ideais ascéticos? Ele estende este questionamento aos artistas, filósofos, religiosos e cientistas. Porém, ele o faz tomando a verdade, *a priori* como ponto de referência para tais tipos humanos, e percebe que a ascese do ideal ascético de cada um não se distancia, logo

porque todas elas têm como baliza e limite um mesmo ideal: o de verdade. “Para os artistas, por exemplo, os ideais não significaram *nada absolutamente!*... Ou tantas coisas, que resultam em nada”!... (NIETZSCHE, 1998 p.91). Para os filósofos, e logo, para a filosofia, “algo como instinto e faro para as condições propícias a uma elevada espiritualidade; já para os homens comuns “uma tentativa de ver-se como ‘bons demais’ para este mundo” (NIETZSCHE, 1998, p.87). Para o sacerdote, a característica fé sacerdotal, segundo Nietzsche (1998, p.87), “seu melhor instrumento de poder, e ‘suprema’ licença de poder e, dando continuidade, os santos por sua vez, teriam aqui um pretexto para a hibernação, *sua novíssima cupidez de glória*, seu descanso no nada (Deus), sua forma de demência” (NIETZSCHE, 1998, p.87). Nesses termos, retomando Marton (2006):

Nietzsche, passando em revista o procedimento dos artistas, filósofos e homens religiosos, constata que, onde quer que ele se apresente, a vida é hostilizada em nome de outra vida, é tratada como um erro a refutar. Por isso, a penitência voluntária, a autoflagelação, o auto-sacrifício, numa palavra, a negação de si é encarada como fonte de satisfação. (MARTON, 2006, p.)

Prosseguindo, o filósofo se pergunta por que os ideais significaram tanto para o homem? E ele dirá que esse foi o único sentido para o homem até hoje, e que qualquer sentido é melhor que nenhum. O homem é um animal que sofre com a ausência de sentido. Segundo o filósofo, “no fato de o ideal ascético haver significado tanto para o homem se expressa o dado fundamental da vontade humana, o seu *horror vacui* [horror ao vácuo]: ele precisa de objetivo – e preferirá querer o nada a nada querer” (NIETZSCHE, 1998, p.87/ 88). Nesse sentido, o ideal ascético é entendido por Nietzsche como uma interpretação moral do mundo, sendo algo que atribui um sentido à existência, estabelece uma finalidade pela qual o homem passa a pautar a sua vida, isto é, um instrumento terapêutico que os fracos utilizam para poder suportar a própria vida. E, desta forma, retomando novamente a questão do que significa o ideal ascético para um filósofo, diz Nietzsche:

minha resposta é- já se terá percebido: o filósofo sorri ao seu encontro, como a um *optimum* das condições da mais alta e ousada espiritualidade – ele não nega com isto a ‘existência’, antes a firma a *sua* existência, *apenas* a sua existência, e isso talvez ao ponto de não lhe ser estranho este desejo perverso: [pereça o mundo, faça-se a filosofia, faça-se o filósofo, faça-se eu!] (NIETZSCHE, 1998, p. 97).

Nesse contexto, o filósofo alemão vai empreender a reflexão acerca da figura do sacerdote asceta. É a partir desse momento, isto é, da entrada desse “santo” personagem no cenário nietzschiano, que o questionamento sobre o significado do ideal ascético vai adquirir

maior ênfase; logo, vai se problematizar o verdadeiro significado desses ideais, e qual importância têm esses conceitos. A figura do sacerdote na sua filosofia sobre a moral e, conseqüentemente, a manutenção dessa moral, e dos ideais ascéticos por estes indivíduos, que se elegem como guardiães dos demais seres, será o epicentro para as querelas entre Nietzsche e seus contemporâneos. Todavia, sua postura de repulsa a estes sujeitos que se denominavam como predecessor de uma força suprema, é visível no livro *O Anticristo*, já por nós referenciado, mas convém retomarmos mais uma vez, pois, como sugere o filósofo:

a desobediência a Deus, isto é, ao sacerdote, à “lei”, recebe então o nome de “pecado”; os meios para a “reconciliação com Deus” são, convenientemente, os meios que garantem uma submissão ao sacerdote ainda mais completa: só o sacerdote “redime”. Do ponto de vista psicológico, os pecados tornaram-se “indispensáveis” em toda sociedade organizada clericalmente. Na verdade, eles são os verdadeiros manipuladores do poder, o sacerdote vive dos pecados, tem necessidade de “que se peque”... Princípio supremo: “Deus perdoa aquele que faz penitência”, ou em outras palavras, aquele que se subjugou ao sacerdote. (NIETZSCHE, 1996, p. 49).

Como ilustrativas são as palavras contidas no fragmento acima, por indicar em que se fundamentam, essencialmente, os valores ascéticos que, como sementes lançadas em solo fértil, germinaram a lógica dualística do que é bom e do que é mau, do puro e do impuro; definiu lugares, estabeleceu uma ética que só deveria ser considerada se atendessem a esses ideais para os quais os sacerdotes, homens da “lei” vissem como únicos saudáveis à saúde dos homens. Vemos, desse modo, que os ideais ascéticos, moldados nos recantos obscuros das oficinas seculares, foram pensados minuciosamente para atender a um pequeno grupo de eleitos divinos e, para os quais, os demais deviam se subjugar.

Nietzsche, diante disso, não se exime de expor sua mais dura concepção dessa espécie de homem (sacerdote), quando se refere ao mesmo nos seguintes termos: “uma espécie de parasita mais perigosa, como verdadeira aranha venenosa da vida...” (NIETZSCHE, 1996, p. 60). Para Nietzsche, a contradição vida *contra* vida que se manifesta no asceta pode ser fisiologicamente absurda, mas não o é psicologicamente. E dessa forma, percebe que a origem dos ideais ascéticos se encontra *no instinto de cura e proteção de uma vida que degenera*. Como ele bem esclarece na citação abaixo:

Está claro que uma contradição como a que se manifesta no asceta, ‘vida *contra* vida’ é considerada fisiologicamente, não mais psicologicamente, simplesmente um absurdo. Só pode ser *aparente*; deve ser uma espécie de expressão provisória, interpretação, fórmula, arranjo, incompreensão psicológica [...] mas que devo contrapor a ela, brevemente, a verdades dos fatos: *o ideal ascético nasce do instinto de cura e proteção de uma vida que degenera*”, a qual busca manter-se por todos os meios, e luta por sua existência”. (“NIETZSCHE, 1998, p.109).

Desta maneira, parafraseando Nietzsche, o ideal ascético é um meio em que a vida luta nele e através dele com a morte, *contra* a morte, tornando-se um artifício para a preservação da vida. O sacerdote teria a função de lutar pela autoconservação do homem, e por isso usou de meios perversos, que o enclausurou dentro dele próprio. Vejamos a definição desse sujeito, o sacerdote ascético feita por Friedrich Nietzsche (1998, p.110):

o sacerdote ascético é a encarnação do desejo de ser outro, de ser- estar em outro lugar, é o mais alto grau desse desejo, sua verdadeira febre e paixão: mas precisamente o *poder* do seu desejo é o grilhão que o prende aqui; precisamente por isso ele se torna o instrumento que deve trabalhar para a criação de condições mais propícias para o ser- aqui e o ser- homem – precisamente com este *poder* ele mantém apegado à vida todo rebanho de malogrados, desgraçados, frustrados, deformados, sofredores de toda espécie, ao colocar-se instintivamente á seu frente como pastor. Já me entende: estes sacerdotes ascéticos, estes aparentes inimigos da vida, este negador ele exatamente está em grandes potências conservadoras e afirmadoras da vida (NIETZSCHE, GM, 1998, P. 110).

Assim, ao afirmar que o sacerdote encarna o desejo de ser outro, na sua compreensão, esse desejo seria, na verdade, uma inconformidade ressentida contra o modo constitutivo do ser da vida; ou seja, esse desejo de ser outro é o desejo de não ser impotente, é o desejo de realizar a vontade subjetiva, de dá à natureza a marca irrestrita do homem. O homem teme o desconhecido e, dessa forma, teme a natureza. Em face dos seus fantasmas, esse homem recorre a todos os meios possíveis para domesticá-la. Essa é a função primordial do sacerdote ascético, assegurar, de certa forma, “a preservação da vida”, ou parafraseando Moura (2005, p. 120) no sentido hobbesiano do termo. A esse respeito, é interessante observamos o que diz Lefranc (2007, p. 181-182) sobre o sacerdote ascético:

o sacerdote ascético, o mais profundamente doente de todos os animais (o pastor também é carneiro, observou Zaratustra), também é o mais corajoso, um verdadeiro artista em má consciência, criador dos sentimentos de faltas e de pecados, o único capaz de fixar os valores do ressentimento e de tornar palpável a grande rebelião dos escravos. Sua vontade de poder é a do niilismo. “Deus, a forma para toda calúnia ‘do lado de cá’, para toda mentira ‘do lado de lá’! Em Deus, o nada divinizado, a vontade de nada declarada santa”.

Sendo os ideais ascéticos a argamassa que sustentou, ao longo do tempo, o edifício dos valores ocidentais, há de se considerar a importância da figura do sacerdote, como propagador desses ideais. Isto significa que, de certa maneira, o sacerdote é um conservador da vida, apesar de fazer isso, negando-a. Os valores nascidos logicamente da transvaloração devem trabalhar no sentido de alimentar no homem o ideal ascético de uma bondade que enobrece e o eleva a dignidade do divino, aproxima-o de um pai supremo e conquista sua

simpatia. É nisto que reside a astúcia do sacerdote, apresentando-se como agente da cura, em nome da preservação da vida.

Neste sentido, o ressentimento “é continuamente acumulado” (GM, 1998, p. 116), mas de modo que o ressentido tenha a consciência de que ele é o problema de seu ressentimento, de sua doença espiritual, como forma, é claro, de mantê-lo sob os auspícios daqueles que detém os poderes sacerdotais, o poder para curá-lo, assim sendo, são sugestivas as considerações de Nietzsche (1998, p. 117), para quem

os sofredores são todos horrivelmente dispostos e inventivos, em matéria de pretextos para seus afetos dolorosos; eles fruem a própria desconfiança, a cisma com baixezas e aparentes prejuízos, eles revolvem as vísceras de seu passado e seu presente, atrás de histórias escuras e questionáveis, em que possam regalar-se em uma suspeita torturante, e intoxicar-se do próprio veneno de maldade – eles rasgam as mais antigas feridas, eles sangram de cicatrizes há muito curadas, eles transformam em malfeitores o amigo, a mulher, o filho e quem mais lhe for próximo.

Essa vontade do sofrer, esse anseio por rasgar as feridas, aparentemente curadas, é que vão manter o sofrimento aceso na mente daqueles que se submetem; entretanto, para que isso seja possível, surge a figura do pastor (sacerdote) que, ouvindo do “doente” a reclamação da necessidade de culpar alguém por sua enfermidade, utiliza-se de uma medida profilática infalível, que o doente assuma a culpa de sua própria doença. Leia-se o que diz Nietzsche (1998, p.117):

eu soffro: disso alguém deve ser culpado – assim pensa toda ovelha doente. Mas seu pastor, o sacerdote ascético, lhe diz: ‘Isso mesmo, minha ovelha! Alguém deve ser culpado: mas você mesma é esse alguém – *somente você é culpada de si!*’... Isto é ousado bastante, falso bastante: mas com isto se alcança uma coisa ao menos, com isto, como disse, a direção do ressentimento é - *mudada*. (NIETZSCHE, GM, 1998, p. 117).

Observa-se no trecho acima, que o sacerdote, de certa maneira confirma o ressentimento e ratifica a culpa, mas nega que pertença a outro, na verdade, sendo de quem verdadeiramente sofre por ressentir-se. Sendo assim, o sacerdote é aquele que “muda a direção” desse ressentimento acumulado, que ameaça recair em algum culpado. A força justificadora desse ideal está certamente na sua capacidade de convencimento, e dos objetivos alcançados com esse convencimento. Fazer o sofredor ciente de que apenas ele é o único culpado de suas mazelas, não é uma tarefa realizada do dia para a noite, pelo contrário, uma longa tradição discursiva é elaborada mediante uma lógica de interesses que se dá a partir de uma *cura* para esse sofredor, que na verdade não deve ser curado no real sentido do termo.

Para isso, compreende-se que é necessário para esse indivíduo que se porta como “um médico” que cura, mas sem necessariamente curar, este “salvador”, como diz Nietzsche

(1998, p. 119), não tem a pretensão de curar o enfermo, pelo contrário, combate-se a doença, mas não a causa, pois esta deve permanecer. Assim, compreendemos que, uma vez a causa do mal do sofrimento inexistindo, este estaria liberto de sua doença; logo, livre de seu débito para com o sacerdote, o curandeiro, “o médico das almas doentes”. O ideal ascético, segundo Nietzsche, tem uma finalidade, uma meta que seria, em termos simples, uma única forma de interpretar a realidade. Nesse raciocínio, convém citarmos o que diz o filósofo:

e esta é universal o bastante para que, medidos por ela todos os demais interesses da existência humana pareçam estreitos e mesquinhos; povos, épocas e homens são por ele interpretados implacavelmente em vista dessa única meta, ele não admite qualquer outra interpretação, qualquer outra meta, ele rejeita, renega, afirma, confirma somente a partir da *sua* interpretação [...] ele não se submete a poder algum, acredita isto sim, na sua primazia perante qualquer poder [...] ele acredita que nada existe com poder na terra que não receba somente dele um sentido, um valor, um direito à existência [...] (NIETZSCHE, 1998, p. 135-136).

Para o filósofo, de certa forma, os ideais ascéticos têm fornecido ao homem esta interpretação única da realidade, como também um sentido para a sua vida, pois, segundo ele, a humanidade sofre da ausência de sentido. Retomando suas palavras:

se desconsiderarmos os ideais ascéticos, o homem, o animal homem, não teve até agora sentido algum. Sua existência sobre a terra não possui finalidades; ‘para que o homem?’_era uma pergunta sem resposta; faltava a vontade de homem e terra; por trás de cada grande destino humano soava, como um refrão, um ainda maior “em vão! o ideal ascético significava precisamente isto: que algo faltava que uma monstruosa lacuna circundava o homem – ele não sabia justificar, explicar, afirmar a si mesmo, ele sofria do problema do seu sentido. [...] ele era sobretudo um animal doente (Nietzsche p.148-149)

Como se pôde observar, os ideais ascéticos foram até então, a única explicação, o único sentido que o ser humano teve para resolver suas questões existenciais. Parafraseando Nietzsche, o homem não teme e também não nega o sofrimento, mas deseja a justificativa para esse sofrer. Ou seja, busca uma resposta para o sentido do sofrimento. Ele se tornou um animal doente por não ter resposta para esses “porquês;” o ideal ascético ofereceu exatamente isto, uma resposta, um sentido, acabando com o sofrimento, a angústia, a infelicidade. O homem sente que deixou de ser impotente diante da vida e do mundo e se agarra a esse sentido que Nietzsche denominou de Nada, mas que para o homem é preferível o nada a nada querer, ou seja, qualquer sentido é melhor que nenhum.

Ao oferecer um sentido para o homem, os ideais configuram-se como algo positivo para este, dando a ele um sentido para existir. Por causa do ideal ascético, o homem poderia “*querer* algo – não importando no momento para que direção, com que fim, com que

meio ele queria: *a vontade mesma estava salva*” (NIETZSCHE, 1998, p.28.) O ideal ascético é entendido por Nietzsche como uma interpretação moral do mundo, sendo algo que atribui um sentido à existência, estabelece uma finalidade pela qual o homem passa a pautar a sua vida. Essa interpretação moral considera a vida como um erro, ela a nega, e faz dela uma ponte para uma outra vida, para o além, para o nada, para a vida eterna. Ela torna a existência um meio, para atingir um suposto fim no além, de modo que sacrifica a própria vida por seu objetivo no nada.

Dessa forma, esses ideais ascéticos nasceram, no longo processo de formação histórica do indivíduo, do *Instinto de cura e proteção da vida degenerada*, alimentado pelo cristianismo, cultuado e cultivado pelos sacerdotes ascetas. Nesse sentido, a pergunta pela origem dos ideais ascéticos, em princípio, trata-se, em termos de resposta, do instinto de cura e proteção da vida, como também da transvaloração da moral e dos ideais forjados em face da dívida com os ancestrais, sendo Deus a sua última simbolização. Conclui-se que a origem desses ideais se encontra nos instintos de autoconservação e de profilaxia que caracteriza a vida decadente. São, pois, ideais de conservação e não de abundância de vida. E, de qualquer forma, ele revela o vazio do homem.

REFERÊNCIAS

- DELEUZE, Gilles. **Nietzsche**. Tradução Alberto Campos. Lisboa: Edições 70, 2009.
- LEFRANC, Jean. **Compreender Nietzsche**. 3º ed. Tradução Lúcia M. Endlich Orth Petrópolis, RJ: Vozes, 2007
- MACHADO, Roberto. **Nietzsche e a verdade**, 2º ed. Rio de Janeiro: Graal, 2002.
- MARTON, Scarlett. **Nietzsche a transvaloração dos valores**, 2º ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- MOURA, Carlos Alberto Ribeiro de. **Nietzsche: civilização e cultura**, São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Genealogia da moral: uma polêmica**. Tradução Paulo César de Sousa, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- _____ **Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro**. Tradução Renato Zwick, Porto Alegre, RS: L&PM, 2008.
- _____ **Humano, demasiado humano**. Tradução Paulo César de Sousa, São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- _____ **Ecce Homo**. Tradução. Pietro Nassenti. São Paulo: Martin Claret, 2002.
- _____ **O Anticristo: Maldição do Cristianismo**. Tradução Mario Fondelli, Edição integral Rio Janeiro, 1996.
- VATTIMO, Gianni. **Introdução a Nietzsche**. 1º ed. Lisboa: Presença, 1990.